

“*Levantamiento bajo Cárdenas*”: novas abordagens em torno do conflito antijesuítico no cabildo de Assunção em 1649¹

“*Levantamiento bajo Cárdenas*”: New approaches to the anti-Jesuit conflict in the cabildo of Asunción in 1649

Fernando Victor Aguiar Ribeiro²

fvribeiro@usp.br

Resumo: A proposta desse artigo é discutir o levante do bispo Bernardino de Cárdenas ocorrido em Assunção em 1649. A historiografia paraguaia trata o evento como *Revolução Comunera* e apresenta-o como precursor dos movimentos emancipatórios do Paraguai. O debate em torno do episódio concentra-se em duas posições, uma que envolve o destaque à figura de Cárdenas como liderança heroica e outra o protagonismo popular durante a revolta. Propomos, diante desse contexto, compreender melhor o panorama econômico e social da província do Paraguai em meados do século XVII. Com isso, observamos que o levante de 1649 não foi motivado por questões econômicas em torno do acesso à mão de obra indígena através das *encomiendas*, mas por uma percepção de pobreza por parte dos *vecinos* de Assunção que foi gestada como um sentimento antijesuítico. A partir desse sentimento, que o bispo Cárdenas soube catalisar, estourou a revolta que teve como ponto central a expulsão dos padres da Companhia de Jesus do Paraguai no mesmo ano.

Palavras-chave: Revolução Comunera, Bernardino de Cárdenas, antijesuitismo, Paraguai.

Abstract: This paper discusses the revolt of Bishop Bernardino de Cárdenas in Asunción in 1649. Paraguayan historiography treats this event as *Revolución Comunera* and presents it as a precursor of the emancipatory movements of Paraguay. The debate about the episode focuses on two positions, which highlight the figure of Cardenas as heroic leader and popular prominence during the revolt. We propose, in view of this context, to understand the economic and social panorama of the province of Paraguay in the mid-seventeenth century. Thus, we notice that the uprising of 1649 was not motivated by economic questions about access to Indian labor through *encomiendas*, but by a perception of poverty by the *vecinos* of Asunción that was gestated as an anti-Jesuitical sentiment. Based on this sentiment, which Bishop Cardenas knew how to catalyze, the revolt broke out and had as its central point the expulsion of the priests of the Company of Jesus from Paraguay in the same year.

Keywords: Revolución Comunera, Bernardino de Cárdenas, anti-Jesuitism, Paraguay.

¹ Pesquisa financiada pelo processo no 2017/03606-8, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Cátedra Jaime Cortesão. Av. Prof. Lineu Prestes, 338, 05505-000, São Paulo, SP, Brasil.

Em 1649, na cidade de Assunção, província do Paraguai, estourou uma revolta entre a elite política local, representada pelos membros do *cabildo*, e membros da Companhia de Jesus. O ponto de tensão foi a eleição de Bernardino de Cárdenas, bispo franciscano, ao cargo de governador da província. Por conta da morte de Diego de Escobar Osorio, no mesmo ano, a elite local optou por eleger, em *cabildo abierto*, um novo governador, justificando que uma provisão real de 1537 conferia esse poder em situações semelhantes. A aliança entre os *vecinos* da cidade e o bispo-governador deu-se por interesses mútuos e a oposição desses aos jesuítas culminaria com a expulsão da ordem do Paraguai no mesmo ano da posse de Cárdenas.

A expulsão levaria à situação da eleição ser questionada em Lima, capital do vice-reino do Peru. A solução apontada pela administração espanhola foi nomear um novo governador, Sebastián León y Zárate, cuja missão seria retomar a cidade, restituir os inicianos de seus bens confiscados e punir os revoltosos (Rivarola Paoli, 2012, p. 69-70).

Antes de analisarmos as características da revolta, torna-se necessário que retrocedamos ao início do século XX, momento no qual seriam estabelecidas as bases da historiografia paraguaia e, conseqüentemente, o princípio do debate em torno do conflito. Em 1902, Juan E. O'Leary, no célebre debate travado contra Cecílio Báez em torno do passado paraguaio, trata a revolta de 1649 como “aquele primer estallido del alma paraguaya [que] se llama la REVOLUCIÓN DE LOS COMUNEROS, timbre de gloria imperecedera para el Paraguay. Fue la primera jornada cívica de nuestro noble pueblo” (Báez e O'Leary, 2011, p. 272).

Essa concepção marca, pois, uma valorização do passado paraguaio, no que se denominou *revisionismo histórico*. Liliana M. Brezzo, no *Estudio preliminar*, afirma que o debate entre os dois autores marcou o surgimento de uma primeira elite de intelectuais paraguaios que se dedicariam à História, que passaria a converter-se em disciplina erudita, mas não científica. Aponta também que o debate iniciado por O'Leary e Báez seria caracterizado por um sistema de relações pessoais e criaria um espaço institucional que seria a base do debate historiográfico no país. Assim, a “História nacional” paraguaia surge no calor desse debate por ação de Juan O'Leary, vencedor do debate e que consagraria sua visão heroica do passado do Paraguai através de sua cátedra de História da América e Nacional, no tradicional Colégio Nacional de Assunção (Brezzo, 2011, p. 19).

Esse debate está inserido na geração denominada *Novencentistas*, que corresponde a um grupo que pretende

pensar a realidade paraguaia e que teria forte influência na literatura, política e história. Surgem no contexto da criação da Universidade Nacional de Assunção em 1889 e na consolidação do Colégio Nacional³. No bojo dessa geração, surge o *revisionismo histórico* em torno da figura de Francisco Solano López, presidente paraguaio durante a Guerra da Tríplice Aliança. Logo após o conflito, em meio a governos liberais de políticos até então exilados em Buenos Aires, construiu-se a interpretação de que López seria um tirano que levaria o país à ruína com uma guerra sem sentido.

O principal representante da visão liberal seria Cecílio Báez, que em 1900 figuraria como o maior representante da intelectualidade paraguaia. Defendia o autor que a causa dos problemas do país estaria no apego da população a figuras de tirania, como o Dr. Gaspar de Francia e Francisco Solano López. Sobre isso, Báez escreve, ainda em 1896, que “el Paraguay ha atravesado una época de obscurantismo y esterilidad. El buitre de la tiranía batió sobre él sus alas y el espíritu plegó las suyas, como atacado de mortal deliquio” (1896, p. 9). A solução a essa situação seria o investimento em educação, nos moldes do liberalismo do final do século XIX, fortemente influenciado por políticos argentinos, como Domingo Faustino Sarmiento e Bartolomé Mitre.

Juan E. O'Leary, por sua vez, catalisou o sentimento oposto ao de Báez ao defender o heroísmo como virtude fundamental do paraguaio. Em resposta às críticas do intelectual liberal, notadamente no que tange à “bestialización de los paraguayos”, O'Leary ressalta a figura de Carlos Antonio López, destacando suas realizações no plano educacional e contribuição para a criação da ideia de que esse governo, anterior à Guerra Grande, fora uma verdadeira Idade de Ouro para o Paraguai (Brezzo, 2011, p. 39). A figura de Francisco Solano López, seriamente criticada por historiadores liberais, seria recuperada por O'Leary, a ponto de, anos mais tarde, em 1936, ser reabilitado como herói nacional durante a presidência do coronel Rafael Franco (Brezzo, 2011, p. 41).

Como resultado do debate entre Cecílio Báez e Juan E. O'Leary, que seria a base do surgimento da historiografia paraguaia, destacamos características que marcariam a produção sobre o passado do país. De acordo com Liliana M. Brezzo, a principal marca do debate foi a “debilidade heurística”, visto que nenhum autor recorrera a investigações documentais como forma de comprovar seus argumentos. Ambos os autores, inclusive os demais que colaboraram posteriormente na consolidação da produção histórica no Paraguai, mantiveram a característica

³ Para uma classificação e definição de intelectuais novecentistas ver Amaral (2006).

ensaística do texto e a vinculação político-identitária como objetivos centrais nas suas reflexões (Brezza, 2011, p. 46).

Historiografia sobre o conflito de Cárdenas

A partir das reflexões tecidas anteriormente sobre o debate entre Cecilio Báez e Juan E. O’Leary, podemos apontar que o conflito envolvendo o bispo Bernardino de Cárdenas em 1649 foi interpretado pela historiografia paraguaia a partir de duas chaves de compreensão. A primeira, correspondente a uma visão liberal do processo, tendo como característica apontar o caráter autonomista da revolta, estabelecendo a vida comunitária e a reação frente à tirania da Coroa de Espanha e dos jesuítas. A segunda, correspondente a uma visão revisionista do passado, marcada pela exaltação da figura do bispo Cárdenas e o caráter heróico da denominada *Revolução Comunera*.

Paralela a essas duas, surge uma corrente no *Iberische und Lateinamerikanische Abteilung* (Instituto de História Ibérica e Latino-Americana) da Universidade de Colônia na Alemanha, decorrente da visão liberal, mas que assume características de pesquisa acadêmica. Iniciada por Günther Kahle, utiliza a temática paraguaia como forma de compreensão da realidade histórica desse país, destacando-se pelo diálogo com a historiografia alemã e pela utilização de metodologia e discussão teórica próprias de historiografias acadêmicas.

O primeiro trabalho dedicado ao evento, denominado pela historiografia paraguaia como “Revolução Comunera”, é o livro *Los comuneros del Paraguay*, publicado por Justo Pastor Benítez em 1937. A obra foi resultado de uma comunicação proferida pelo autor no Congresso Americano de História, celebrado em Buenos Aires no mesmo ano. Conforme aponta no Prólogo da publicação, a reflexão sobre a revolta de Cárdenas deu-se “en los días del destierro, [quando] un grupo de intelectuales paraguayos exilados en Buenos Aires, sintiendo con exacerbada intensidad la nostalgia de la patria, se propuso recordarla y honrarla en trabajos a que dejaba oportunidad la celebración del Congreso Americano de Historia” (Benítez, 1937, p. 9).

Sobre as origens da revolta, Pastor Benítez aponta “las reclamaciones contra el absolutismo del régimen gubernativo, perjudicial para la vida y el progreso de la colonia”, e o gatilho seria quando “la provincia se sintió amenazada en su tradición de relativa autonomía y se levantó en defensa de ella” (1937, p. 11). A interpretação de que a revolta fora, antes de tudo uma resposta contra a tirania é evidenciada quando o autor afirma que o conflito foi “la protesta ruidosa contra el absolutismo de la Corona,

el centralismo del régimen gubernativo y la autoridad sin control del Virreinato de Lima, tanto más desacertado cuanto más remoto, y la intervención de los jesuitas en la naciente sociedad colonial” (1937, p. 11).

Durante a narrativa da revolta, Pastor Benítez descreve que,

reunidos los vecinos y moradores suburbanos cerca de las casas del Cabildo, y habiendo oído la Cédula y hecho el juramento de elegir la persona más conveniente y digna, pareciéndoles, quizás con impulso superior, que la mía lo era Cárdenas según las necesidades presentes, sin estarlo yo en la Junta levantaron la voz, que suele ser de Dios, la del Pueblo entero, y a gritos que llegaban al cielo, que querían por su gobernador al obispo, al señor obispo! (1937, p. 13).

Notamos, no trecho acima, a visão democrática da revolta e como, mesmo havendo uma liderança por parte do bispo-governador, o destaque é conferido ao povo, em uma cena descrita com cores vivas e com base nas premissas que assumem sentido liberal. Esse liberalismo é destacado quando confere ao povo, e não a um líder forte e tirânico, o protagonismo. Inclusive Pastor Benítez conclui sua conferência ressaltando os elementos autonomistas do povo paraguaio, pois, segundo ele, “el Paraguay se fue formando en sus selvas, a orilla de su río, en la lucha, en el dolor y en el desamparo de las autoridades reales. Así plasmó su carácter” (1937, p. 14).

Na sequência das formulações de Pastor Benítez, Juan Bautista Rivarola, em *La ciudad de la Asunción y la Cédula Real del 12 de setiembre de 1537*, publicada em 1952, afirma que “el Obispo Fray Bernardino de Cárdenas proclama desde el púlpito los derechos de la ciudadanía” (1952, p. 122).

Em 1959, Efraim Cardozo publica *El Paraguay colonial, las raíces de la nacionalidad*, na qual consagra a interpretação liberal em torno da revolta de Cárdenas. Aponta a defesa da liberdade como principal motivação entre paraguaios e jesuítas, inclusive os conflitos envolvendo o bispo Cárdenas. Para tanto, afirma que “la sangrienta guerra entre las dos provincias paraguayas, la civil y la religiosa, no estuvo motivada por razones materiales, como pudieran hacerlo creer los hechos documentales que representan la realidad externa” (1959, p. 133). Essa visão, que foca no antagonismo entre inicianos e paraguaios e ignora as disputas econômicas entre ambos, irá marcar profundamente a compreensão sobre os conflitos no período colonial paraguaio.

A tensão envolvendo o *cabildo* de Assunção e o bispo Cárdenas em oposição à Companhia de Jesus é explicada por Cardozo a partir do antagonismo entre

ambos. Define que “en la larga y sangrienta guerra de los comuneros se pusieron frente a frente dos concepciones de vida que a un mismo tiempo se formaron bajo el cielo paraguayo, ambas igualmente insignes, pero antagónicas por razones anímicas y no por la contraposición de intereses” (Cardozo, 1959, p. 135). Assim, “el Reino de Dios sobre la tierra que los jesuitas quisieron implantar chocó con la República de la Libertad que los paraguayos habían fundado a orillas del río Paraguay, por imposible aglutinación política, y no porque estuvieran en cuestión no el culto de Dios entre los paraguayos, no el culto de la libertad entre los jesuitas” (1959, p. 135).

Isso porque a compreensão do evento estava, nas concepções de Cardozo, não na oposição religiosa, mas na principal característica que definiu a população paraguaia desde suas origens coloniais: a defesa da liberdade. Cabe destacar que, com essa interpretação, o autor defende a visão liberal do processo histórico do Paraguai, conferindo à população as decisões na luta pela referida liberdade e ignorando o papel do bispo Cárdenas como personagem de destaque durante as tensões de 1649. Define, portanto, que “la Revolución de los Comuneros no fue, por eso, sino una ruda brega por la libertad, tal como era ella entendida, a orillas del río Paraguay o a orillas del río Paraná: la libertad por la ley civil o la libertad por la ley de Dios” (Cardozo, 1959, p. 135). E continua sua defesa da interpretação liberal ao concluir que “la Revolución de los comuneros comenzó siendo un movimiento instintivo de la provincia que defendió su derecho a seguir viviendo su vida de libertad, sin someterse a la Compañía de Jesús ni a los gobernadores devotos de ella” (1959, p. 179).

Efraím Cardozo associa, ao final de sua obra, o ideal *comunero* de defesa da liberdade como um dos prenúncios do processo de emancipação política, que culminaria com a independência do Paraguai em 1811. Afirma que, mesmo com a derrota da revolta, “los años sucedieron a los años con su cortejo de venturas y desventuras. Una generación – la de la Revolución Comunera – dio paso a otra, y ésta a su vez, generó otro, cuando sonó en América la hora de la Emancipación. El pendón comunero, viniendo de luengas tierras y con otros colores, los de la Revolución Francesa, volvió a trajinar por los caminos paraguayos” (1959, p. 181-182). E finaliza associando o alegado caráter popular da revolta de Cárdenas com a ideia de que a liberdade fora a base da construção identitária paraguaia, e não a ação de líderes fortes e tirânicos, ao destacar que “bajo el reino de la libertad las desventuras que azotaron como trallazos al Paraguay a lo largo de la edad colonial no doblegaron ni quebrantaron el carácter popular” (1959, p. 182).

Em 1973 ocorre uma mudança na produção historiográfica sobre a revolta do bispo Cárdenas. Rafael Eladio

Velázquez publica no *Anuario de la Academia Paraguaya de la Historia* dois artigos sobre o evento. No primeiro, intitulado “Elección de fray Bernardino de Cárdenas, en 1649”, o autor sustenta que a revolta, ao contrário do que autores anteriores apontaram, assume características revolucionárias, com destaque conferido à figura do bispo. Afirma que

todo el proceso vivido desde la muerte de Escobar Osorio resultaba incontestablemente revolucionario: hallándose en ejercicio del mando un gobierno interino ajustado a los usos provinciales, se había invocado y aplicado una Cédula derogada, sin vigencia desde el siglo anterior; se había reunido el vecindario en Cabildo abierto para elegir a su más alta autoridad; el así electo resultó ser Obispo antes involucrado en serios enfrentamientos con el poder civil y protagonista de agudas tensiones sociales; prelado y Cabildo habían expulsado a los jesuitas de su Colegio, a una respetada e influyente orden religiosa de su legítima sede; se destacaban reiterados mandamientos de la Audiencia, el más alto tribunal del distrito; se oponía resistencia armada a un ejército que representaba, sin duda alguna, el poder real, y del choque resultaban muertos y heridos (Velázquez, 1973a, p. 18).

A crítica à historiografia de base liberal é evidenciada quando o autor confere o papel de heroísmo ao bispo Bernardino de Cárdenas. Aponta que

estos hechos, por sus características, configuran un proceso francamente revolucionario, en pleno siglo XVII. Fray Bernardino de Cárdenas es, a no dudarlo, el personaje central y el gran motor de los mismos; más pudo jugar el rol histórico que hemos reseñado, merced a que había apoyo firme y abnegado del Cabildo de Asunción, sostén del movimiento comunero del Paraguay en dos largos siglos (1973a, p. 23).

Assim, em continuidade à sua argumentação, Rafael Eladio publica, na mesma edição de *Historia Paraguaya*, o artigo “Formas especiales de sustitución de gobernador en el Paraguay”. Nesse texto, defende que o uso da Real Provisão de 12 de setembro de 1537, a qual conferia ao *cabildo* a eleição do governador na vacância do cargo e enquanto outro não fosse nomeado, assumiu características revolucionárias durante o século XVII. Destaca, mais na narrativa do que nos argumentos documentais, que “Cárdenas, caudillo de indudable arrastre entre el común y el vecindario, chocó con los dominicos y los jesuitas afectando otros intereses” (1973b, p. 62), ou seja, mais que

as ações do conflito, a tensão seria dada, segundo o autor, pelas características de mando do personagem principal.

O papel de protagonismo do bispo Cárdenas durante o conflito é reforçado por Rafael Eladio, cuja descrição do personagem adquire cores heroicas e denota uma clara posição de destacar líderes fortes na formação histórica do Paraguai. Opõe-se, portanto, às visões liberais que destacavam a participação popular e o autonomismo do paraguaio durante o período colonial. Assim, para o autor,

el interinato de Cárdenas no alcanzó a durar siete meses, todos ellos de agitación y enfrentamientos. Su elección fue desautorizada por la Audiencia y el Virrey, y se recurrió a las armas para dejarla sin efecto, aunque en todas estas actuaciones es difícil separar la censura a la elección de la dirigida a las medidas de gobierno de Cárdenas. En todo caso, la misma y sus consecuencias inmediatas constituyeron el más importante episodio del movimiento comunero en el siglo XVII (1973b, p. 63).

Paralelamente ao debate entre liberalismo e revisionismo no Paraguai, surge, na Alemanha, uma vertente de estudos sobre o país. Por influência de Günther Kahle, o *Iberische und Lateinamerikanische Abteilung* (Instituto de História Ibérica e Latino-Americana) da Universidade de Colônia na Alemanha, passa a se ocupar da temática da formação social paraguaia, processo de emancipação política e história do século XIX. O mesmo autor defende, em 1962, a tese “Grundlagen und Anfänge des paraguayischen Nationalbewußtsteins”, trabalho que inaugura abordagens que contemplam a história paraguaia no instituto.

Anos depois, e sob orientação de Kahle, Hildegard Thomas de Krüeger apresenta a sua tese de doutoramento na Universidade de Colônia sob o título “Der Cabildo von Asunción. Stadtverwaltung und städtische Oberschicht in der ersten Hälfte des 18. Jahrhunderts (1690-1730)”. É interessante notar que a autora, paraguaia de origem germânica, iniciou seus estudos em história, no nível da graduação, na Universidade Nacional de Assunção. Foi, nessa etapa, orientada por Efraím Cardozo e esse seria o incentivador para que a autora completasse seus estudos na República Federal Alemã. A partir dessa relação com o destacado autor paraguaio e com o Instituto de História Ibérica e Latino-Americana, podemos deduzir algumas características das produções acadêmicas alemãs. Baseiam-se fortemente na influência de Cardozo, autor da corrente liberal no Paraguai. Soma-se esse fato à vinculação acadêmica do Instituto à Universidade de Colônia, o que acarreta a utilização de metodologia histórica e discussão teórica comuns às pesquisas de doutoramento da época.

A tese de Hildegard de Krüeger apresenta tais características. Inicia seu estudo com uma exaustiva introdução que, ao contrário dos trabalhos ligados à historiografia paraguaia, contempla uma discussão teórica sobre os poderes locais, a monarquia hispânica e seus aspectos institucionais na América. No que diz respeito ao conflito do bispo Cárdenas, objeto do presente artigo, a autora adota as mesmas estratégias: esboça um breve panorama sobre o tema, apresentando autores que abordaram a temática anteriormente e, a partir disso, inicia a análise do evento histórico. Apresenta o conflito opondo-se à visão dos demais autores, com destaque à crítica ao papel emancipatório da ação do bispo Cárdenas. Afirma que “no nos parece lícito ver en el conflicto entre Cárdenas y la Sociedad de Jesús el inicio de la Revolución Comunera y a ésta como un antecedente del movimiento de independencia” e, portanto, “sería erróneo asociar dos situaciones conflictivas muy distantes la una de la otra, para hablar de un solo levantamiento con idénticas raíces ideológicas” (Krüeger, 1996, p. 141).

O rompimento com a historiografia paraguaia ocorre quando Krüeger desassocia o evento de Cárdenas do conflito de Antequera, nomeado tradicionalmente como Segunda Revolução Comunera. Destaca que os eventos tiveram quase cem anos de diferença e que as dinâmicas sociais, políticas e econômicas do Paraguai foram alteradas e, por isso, os conflitos não poderiam ter bases comuns. Contudo, a autora, ao abordar a figura do bispo Cárdenas, insiste em compreendê-lo a partir de chaves psicológicas. Descreve sobre a ação do bispo-governador que “su amargura y su actitud negativa hacia los Jesuitas se vio estimulada por el reconocimiento de que los ingresos de la diócesis eran bastante menores que las del Colegio de la Orden en Asunción” (Krüeger, 1996, p. 141). Essa visão é baseada na leitura de autores jesuítas, que buscaram condenar a expulsão da ordem do Paraguai a partir da crítica pessoal ao bispo-governador, denunciando suas ações como fruto da inveja.

A abordagem psicológica do evento é reiterada quando Krüeger descreve a participação dos membros do cabildo de Assunção no conflito. Descreve que

ahora habrían de enfrentar a aquellas personas cuyos antepasados habían conquistado y colonizado la Provincia, defendiéndola luego a su Costa y misión para la Corona. Es natural, que una disposición tan insólita e imprudente incrementara el odio del estamento superior asunceno contra los miembros de la Orden (1996, p. 143).

Apesar da visão pautada em sentimentos humanos conferidos a grupos sociais, um destaque merece ser

apontado. A autora refere-se aos membros do *cabildo* como um *estamento*, referindo-se às formulações de Max Weber (1992) e denunciando a influência do pensamento social alemão em suas formulações.

Retomando a análise do conflito, a autora reitera que o mesmo “no fue una rebelión del Cabildo de Asunción ni una revolución comunera en el sentido de un levantamiento del pueblo con el fin de deruir el orden vigente”, mas sim que “la persecución a los Jesuitas fue un acto criminal, pero no atentó contra la jerarquía establecida por la Corona” (Krüeger, 1996, p. 146). Aponta que a principal motivação do conflito, que geraria a união pragmática entre os membros do *cabildo* de Assunção e o bispo-governador Bernardino de Cárdenas, seria “defender sus tradicionales privilegios sociales y económicos, amenazados por el creciente poder económico y una filosofía particular de los Jesuitas” (1996, p. 146).

Em 2012, na coleção *Guerras y violencia política en el Paraguay* coordenada por Herib Caballero Campos, Juan Bautista Rivarola Paoli aborda a temática dos conflitos envolvendo Bernardino de Cárdenas. Em *La Primera Revolución Comunera 1649*, o autor retoma a formulação tradicional de estabelecer o conflito como antecessor da revolta de Antequera, ocorrida entre 1721 e 1734. Inclusive credita essa vinculação a eventos anteriores ao afirmar que “la primera Revolución Comunera tiene su antecedente en 1544, cuando fue deposto el adelantado Alvar Núñez Cabeza de Vaca” (2012, p. 11). A vinculação do conflito de Cárdenas com o de Antequera, criticada por Hildegard Krüeger por ter décadas de diferença, é atenuada por Rivarola Paoli ao relacionar ambos os conflitos com a revolta *comunera* ocorrida em Espanha em 1520 (2012, p. 13).

Apesar de retomar uma visão tradicional da historiografia paraguaia, o autor aborda o conflito de Cárdenas em uma chave econômica. Salienta que

tratamos, sin embargo, de ampliar el espacio de análisis hacia aspectos poco abordados en el estudio de la Primera Revolución Comunera, como ser: el mestizaje, las encomiendas y Reducciones, quienes fueron los aprovechados y los descartados, la lucha por la mano de obra indígena – un tanto olvidada en este periodo – así como en el entorno económico, el papel principalísimo que jugó la yerba en su comercialización y el enfrentamiento entre comerciantes y jesuitas (2012, p. 17).

Sobre a atuação de Bernardino de Cárdenas, Rivarola Paoli retoma a narrativa de abordá-lo na chave da compreensão de seus atos pela psicologização do indivíduo. Mesmo o esforço em relacionar o conflito com interpretações econômicas não supera a narrativa descri-

tiva do evento, denunciada pela forma ensaística da obra de Rivarola Paoli. Ao final, como forma de amarração de seus argumentos, o autor retoma a interpretação liberal do evento, destacando a atuação coletiva dos paraguaios em detrimento das interpretações revisionistas, centradas na figura do herói, do líder e do tirano. Afirma, pois, que “aquí concluye la Primera Revolución Comunera – la de las élites –, que seguiría en seguras manos de otro escritor avezado, la Segunda Revolución Comunera – la de las masas, completando las lagunas que no pudimos haber obviado” (Rivarola Paoli, 2012, p. 76).

Paralelamente a esse debate, em 2000 a Academia Paraguaya de la Historia publica o manuscrito de 1954 de Wolfgang Priewasser, *El Ilmo. D. Fr. Bernardino de Cárdenas*, no qual é feita uma defesa do bispo em oposição às críticas realizadas por jesuítas. O foco da obra é resgatar a figura de Cárdenas, definindo-o como cabeça do que intitulou como “Revolução Comunera”, resgatando, pois, a versão tradicional do evento. Apesar da abordagem nitidamente enviesada da obra, a mesma se destaca pela publicação de uma série de documentos sobre a vida e trajetória do bispo.

Economia paraguaia no século XVII

A formação econômica do Paraguai está intimamente relacionada com o processo de conquista do território. Os primeiros europeus a navegar no rio Paraguai tiveram como motivação a busca por metais preciosos, seguindo as narrativas míticas sobre terras com abundância de ouro e prata. A ideia inicial desses conquistadores era encontrar recursos minerais, com destaque às minas de prata, explorá-las e voltar à Espanha para usufruir de uma vida confortável.

Segundo José Luís Mora Mérida, em *Historia social de Paraguay (1600-1650)*, os primeiros colonos espanhóis não encontraram as desejadas minas de prata. Assim, o imaginário de riqueza rápida seria paulatinamente substituído pela sobrevivência do pequeno núcleo colonial, baseando sua economia na subsistência e na exploração da mão de obra indígena, abundante na região do rio Paraguai (1973, p. 70-71). Após o estabelecimento da cidade de Assunção em 1534 às margens do rio Paraguai e na confluência do rio Pilcomayo, a economia da província foi desenvolvendo-se em torno de elementos pouco atrativos para o comércio colonial. De acordo com um informe de um jesuíta anônimo sobre a província, datado de 1620, a economia regional girava em torno da criação de gado e do cultivo de trigo, cana de açúcar, vinhas e mandioca (Cortésão, 1951, p. 164).

A economia da região, em comparação à dinâmica de Potosí, encontrava-se marcada pela estagnação e isolamento. Nas palavras de Mora Mérida,

el primer inconveniente para el desarrollo de la economía paraguaya en la época que tratamos fue no contar con riquezas mineras; el segundo, una vez limitadas sus posibilidades a la explotación agrícola y ganadera, fue el hallarse Asunción muy a margen de la principal ruta comercial de América del Sur, la que de extremo a extremo enlazaba Buenos Aires con Lima, y al mismo tiempo carecer de salida directa al Atlántico, lo que supeditaba enteramente a los intereses bonaerenses para todas sus conexiones con Europa (1973, p. 78-19).

A saída natural para as conexões comerciais paraguaias seria o rio Paraguai e o porto de Buenos Aires como forma de contato com o circuito atlântico. O problema era que, “en Buenos Aires, una pequeña pero bien organizada colonia de portugueses controlaba la vida económico-comercial del puerto, y a éstos sólo les interesaba conseguir el más amplio margen de ganancia, como era lógico” (1973, p. 107). Assim, “Paraguay tuvo que sentirse relegado a un segundo plano comercial por estar los portugueses fuertemente ligados a los tucumanos e interesarles más los productos que éstos ofrecían, productos que eran prácticamente los mismos que ofrecían los paraguayos” (1973, p. 108).

A principal consequência desse isolamento seria a percepção de pobreza, principalmente quando comparada à riqueza de Potosí ou ao dinamismo comercial do circuito de Tucumán com Buenos Aires. Mora Mérida conclui, a esse respeito, que “los paraguayos se sentían pobres con relación al nivel de vida de Buenos Aires o de Córdoba del Tucumán, e incluso al que habían oído contar a sus antepasados de las ciudades españolas o por las noticias que traían algunos viajeros” (1973, p. 126).

A economia paraguaias seria interpretada por Juan Carlos Garavaglia a partir da circulação interna de produtos. Em *Economía colonial y comercio interno*, de 1985, foca o cultivo e comércio da erva-mate na província do Paraguai como chave para a compreensão das dinâmicas regionais. Aponta que o primeiro documento a mencionar o produto data de 1594 e trata-se de uma carta do padre Juan Romero, da Companhia de Jesus, relatando sua viagem de Santiago del Estero à Assunção. O religioso denuncia que tanto espanhóis como indígenas tomam “*un agua mezclada con yerua que llaman del paraguay*” (Garavaglia, 1985, p. 38).

A partir de 1639, em parte como consequência dos estímulos do governador Céspedes Xeria, a exploração

da erva-mate seria expandida e atingiria destaque nas exportações paraguaias. O período, marcado pela invasão dos bandeirantes de São Paulo à região do Guairá e destruição das missões jesuítas, será também um momento de reestruturação econômica da província⁴. O governador Martín de Ledesma Valderrama menciona, em documento referente à tributação da erva-mate, que a exportação anual da mesma passou de 2.000 libras em 1630 para 6.600 em 1636 (Garavaglia, 1985, p. 68).

A exportação de erva-mate em poucos anos representaria a maior contribuição à balança comercial paraguaias, superando de longe o comércio de açúcar e vinho. Assim, nas palavras de Garavaglia,

el primer cálculo confiable sobre salida de mercancías realizado a partir de los registros de las embarcaciones que parten desde Asunción, nos muestra ya a la yerba mate ocupando el primer lugar entre los productos exportables de la región, con un promedio de 890 arrobas anuales, frente a las 680 arrobas del rubro azúcar y derivados y dejando desde ahora muy atrás al vino que no alcanza las 100 arrobas anuales (1985, p. 68).

Observamos, portanto, ao contrário da interpretação de Mora Mérida, que o século XVII não correspondeu a um período de crise econômica no Paraguai, mas foi um momento de reordenamento das estruturas agrárias e demográficas que teve como efeito a consolidação da erva-mate como principal produto de comércio. Mudança essa que teria impacto em outra instituição vinculada diretamente à economia da província: o acesso à mão de obra através das *encomiendas*. Essa instituição, caracterizada pelo pagamento de tributos pelos indígenas aos espanhóis em forma de trabalho, foi a base da economia paraguaias nos séculos XVI ao XVIII. Rafael Eladio Velázquez afirma que

la producción, principalísima es la yerba-mate, extraída de las selvas del Nordeste, elaborada allí mismo y transportada por agua, en balsas de difícil manejo, hasta las playas de Asunción, todo ello con el trabajo indígena, obtenido a través de las prestaciones de la encomienda y de la mita, que también han de tripular las balsas y barcas en las que esa misma yerba-mate será exportada a las ciudades del Río de la Plata (1982, p. 124).

A importância da *encomienda* como estrutura econômica também é destacada por Garavaglia. Segundo o autor, “en el Paraguay, como en muchas otras regiones

⁴ Reestruturação motivada pelas invasões paulistas ao Guairá e consequente transferência dos povoados para a região central do Paraguai (Romero Jensen, 2009).

marginales, la encomienda tuvo larga vida” e, por isso, “la renta en trabajo expresada por la encomienda tardó en dejar paso a otras formas de explotación y, como en el caso paraguayo, convivió posteriormente con esas nuevas formas durante más de un siglo” (1985, p. 288). O século XVII é considerado pela historiografia paraguaia como o período de amplo desenvolvimento da encomienda. Rafael Eladio Velázquez destaca que esse sistema se converteu na coluna vertebral da economia paraguaia (1982, p. 130), enquanto que Garavaglia aponta esse período como marcado pelo acirramento das tensões entre encomenderos e jesuítas em torno do aproveitamento da mão de obra indígena (1985, p. 440).

Shwan Austin, em artigo de 2015, destaca as relações das *encomiendas* com as lógicas de parentesco das sociedades Guaraní, como justificativa para a longa permanência do instituto no Paraguai colonial. Reforça, pois, elementos que superam a questão econômica e dá destaque às conexões de ordem política e social (2015, p. 549).

A fim de compreendermos melhor as características das *encomiendas* paraguaias, iremos recorrer à *Relación de las encomiendas del Paraguay*, elaborada pelo escrivão Alonso Fernández Ruano em 1674 a pedido do governador Felipe Rexe Corvalán. Essa mesma relação é destacada por Rafael Eladio, por sua amplitude e riqueza de dados, e assim constitui a fonte de maior importância sobre as *encomiendas* que se convervam no Paraguai (Velázquez, 1982, p. 135).

A referida relação encontra-se no *Archivo General de Indias*, em Sevilha, e foi compilada por José Luís Mora Mérida em anexo de sua *Historia social de Paraguai (1600-1650)*. A fim de ressaltar as características da economia paraguaia durante 1649, ano no qual ocorre a revolta liderada pelo bispo Bernardino de Cárdenas, optamos

por estabelecer esse ano e não 1674 como limite máximo para os dados coletados. Com isso, chegamos ao número de 182 e não às 382 do documento original.

Observando as informações compiladas por Alonso Fernández Ruano, notamos que até 1649 foram concedidas 182 *encomiendas*. A média de indígenas repartidos por solicitante era de 16,65 índios, denotando pequena quantidade de indígenas por *encomendero*. Esse cenário se torna mais evidente quando observamos que o maior *encomendero* da província era dom Gabriel de Vera y Aragón com 131 indígenas, enquanto que aproximadamente 50% dos contemplados com *encomiendas* possuíam menos de 10 indígenas cada. A partir desse cenário, elaboramos três tabelas, que correspondem à quantidade de indígenas por *encomienda* a partir das regiões das mesmas.

Ao analisarmos as Tabelas 1, 2 e 3, podemos destacar o predomínio de *encomenderos* com menos de 10 indígenas, concentrados em Assunção e na região de Guairá. O mesmo comportamento é observado para as *encomiendas* por nós classificadas como médias. Os grandes *encomenderos* encontram-se na região próxima à capital, Assunção, e, em menor escala, na região de Misiones, área meridional da província e caracterizada pela presença de missões jesuíticas.

No geral, podemos concluir que se trata de uma região pobre e com pouca mão de obra disponível para os *encomenderos* paraguaios. Tal panorama é destacado por Austin ao afirmar que a maioria dos indígenas encomendados em Assunção estavam ligados às atividades domésticas, com predomínio de mulheres (2015, p. 556). Essa situação é contrastada pelo desenvolvimento das missões religiosas na região, com destaque às reduções operadas pela Companhia de Jesus. Mercedes Avellaneda, ao tratar das relações entre jesuítas e *criollos* paraguaios, justifica o desenvolvimento econômico das missões inicianas

Tabela 1. Pequenos *encomenderos* por localidade.

Table 1. Small *encomenderos* by location.

Pequenos <i>encomenderos</i> (1 a 9 indígenas)		
Localidade	Total de indígenas	Porcentagem de indígenas
Asunción	40	22,57%
Comarca asuncena	7	3,94%
Cordillera	6	3,36%
Caazapá	2	1,12%
San Pedro	0	—
Misiones	3	2,81%
Mbacarayú	1	0,56%
Guairá	27	15,24%

Fonte: Banco de Dados a partir de Mora Mérida (1973, p. 328-351).

Tabela 2. Médios *encomenderos* por localidade.

Table 2. Medium *encomenderos* by location.

Médios <i>encomenderos</i> (10 a 40 indígenas)		
Localidade	Total de indígenas	Porcentagem de indígenas
Asunción	29	16,31%
Comarca asuncena	6	3,36%
Cordillera	4	2,24%
Caazapá	5	2,8%
San Pedro	2	1,13%
Misiones	7	3,92%
Mbacarayú	0	—
Guairá	18	10,13%

Fonte: Banco de Dados a partir de Mora Mérida (1973, p. 328-351)

Tabela 3. Grandes *encomenderos* por localidade.

Table 3. Large *encomenderos* by location.

Grandes <i>encomenderos</i> (41 a 131 indígenas)		
Localidade	Total de indígenas	Porcentagem de indígenas
Asunción	14	7,86%
Comarca asuncena	1	0,56
Cordillera	0	—
Caazapá	1	0,56%
San Pedro	0	—
Misiones	2	1,12%
Mbacarayú	0	—
Guairá	0	—

Fonte: Banco de Dados a partir de Mora Mérida (1973, p. 328-351).

por “su cercanía al poder central y por defender las leyes emanadas de la Corona que favorecían a los indígenas de sus reducciones” (2014, p. 40).

Assim, a relação entre paraguaios *encomenderos* e jesuítas seria marcada pela disputa em torno do acesso à mão de obra dos indígenas reduzidos. Para Mercedes Avellaneda, “el conflicto entre jesuitas y asuncenos se instaló principalmente por el traslado de las reducciones del Guayrá y del Itatín y por haber puesto a todos los guaraníes en cabeza de Su Majestad, lo que equivalía a ser encomendados a los jesuitas”. Dessa forma, “ambas partes litigaban por el mismo objetivo de vital importancia: los privilegios de conquista sobre los indios reducidos” e, “para los encomenderos, estos reclamos eran legítimos y constituían la única forma de remediar la crisis económica” (Avellaneda, 2014, p. 67).

O cenário descrito por Avellaneda de crise por conta das mudanças das reduções indígenas de Guairá e

Itatín para a região próxima a Assunção não corresponde ao cenário econômico esboçado por Juan Carlos Garavaglia. Por volta de 1640, conforme indicamos anteriormente, as mudanças regionais acabaram por impulsionar o desenvolvimento da economia paraguaia em torno da erva-mate, gerando um conflito em torno da mão de obra indígena justamente pelo incremento das atividades no Paraguai. Contudo, o desenvolvimento da produção da erva-mate não correspondeu a uma redução dos níveis de pobreza da província. Conforme aponta Garavaglia, o comércio assumia maior importância em relação à produção, gerando, conseqüentemente, mais riquezas aos setores mercantis (1985, p. 457).

Sobre a economia paraguaia, Garavaglia destaca que “existen los encomenderos que se mantienen en la órbita de organizadores de la producción (generalmente, por falta de medios) y están aquellos personajes que unifican en si las características de empresarios en algún

sector de la producción y de traficantes de esas mercancías” (1985, p. 459). Esse cenário de marginalização dos encomenderos dos circuitos comerciais, esses lucrativos, acirrará as disputas com jesuítas e assumirá características de conflito. Dessa forma,

frente a la caída de los precios de la yerba mate, resentida muy fuertemente en toda la región desde los años setenta del siglo XVII, los productores y comerciantes paraguayos acusan a su eterna enemiga, la Compañía de Jesús, de ser la causante de este hecho (por las subastas grandes cantidades de yerba que se producían en las reducciones) (1985, p. 469).

O conflito seria acirrado em decorrência da atuação da Companhia de Jesus nos circuitos econômicos atlânticos e da possibilidade de acionarem uma ampla rede comercial e política em favor dos interesses econômicos da ordem. Mercedes Avellaneda destaca, por sua vez, que “la Compañía llevaba la delantera política porque tenía una red de relaciones sociales afines en los más altos estamentos que le permitía alcanzar los favores del virrey y de la Corona para proteger los intereses de sus reducciones”. Enquanto isso, “los asuncenos se veían obligados a establecer buenos vínculos con los gobernadores porque ellos representaban la única posibilidad de dejar en suspenso los fallos desfavorables y continuar con los reclamos en los tribunales superiores” (2014, p. 67). A disputa pela mão de obra entre *encomenderos* e jesuítas seria, segundo Garavaglia e Avellaneda, a principal causa da revolta liderada pelo bispo-governador Bernardino de Cárdenas em 1649.

O “levantamiento” e a percepção de pobreza em Assunção

Não encontramos relatos detalhados sobre o conflito entre Cárdenas e os jesuítas no *Archivo Nacional de Asunción*. Acreditamos, conforme aponta Pierre de Charlevoix, que a documentação referente às ações do bispo Cárdenas, enquanto governador do Paraguai, tenha sido deliberadamente destruída após sua destituição (1913, p. 175). Contudo, no referido arquivo, localizamos os *Autos de elección de gobernador*, datados de 1649 e que mencionam os eventos que levaram à indicação de Bernardino de Cárdenas ao cargo de governador, a utilização da Real Cédula de 1537, e principalmente os *vecinos* que assina-

ram os referidas autos. O auto encontra-se custodiado no *Archivo Nacional de Asunción*, Seção “Historia”, volume 20, especificamente entre as folhas 9 verso e 14 verso. O documento em questão menciona 333 nomes de *vecinos* que atestam a eleição do governador em *cabildo abierto*⁵. Por conta da natureza do evento, podemos afirmar que se trata da totalidade dos homens residentes no distrito de Assunção no momento.

Conforme apontamos anteriormente, uma historiografia recente, representada por Juan Carlos Garavaglia, afirma que a revolta liderada pelo bispo Bernardino de Cárdenas teria como motivação a disputa por mão de obra com jesuítas, especificamente através das *encomiendas*. Essa interpretação tem relação direta com a ideia de pobreza da província em oposição ao desenvolvimento das missões jesuítas no Paraguai a partir de meados do século XVII.

Para melhor compreendermos o cenário político e econômico do momento da revolta, torna-se necessário analisarmos quem eram esses *vecinos* que apoiaram a eleição de Cárdenas e, posteriormente, suas ações contra os padres jesuítas. Assim, para tanto, utilizamos o Banco de Dados mencionado anteriormente para cruzar os nomes dos indivíduos envolvidos na eleição de 1649. Com isso, podemos observar não somente a liderança da revolta, mas qual foi a dimensão popular dos acontecimentos.

Ao analisarmos as Tabelas 4, 5 e 6, podemos constatar que apenas 18,74% dos *encomenderos* participaram da eleição do bispo Cárdenas, frente a uma ampla maioria de 81,26%. Somente essa informação contesta a interpretação de que a eleição e as ações de Cárdenas como governador tiveram como motivações as questões de acesso à mão de obra indígena. Também observamos que a maioria da participação nos autos de eleição deu-se entre setores pequenos e médios, denotando uma pequena atuação de grandes *encomenderos* no evento.

Destacamos que o maior *encomendero* do Paraguai em 1649, dom Gabriel de Vera y Aragón, que possuía 131 indígenas *encomendados*, não registrou sua participação nos autos de eleição. Assim, se a questão fosse acesso à força de trabalho indígena, seria de se esperar que o maior beneficiário fosse mais atuante diante de eventos supostamente relacionados a interesses seus. Outro dado que refuta a ideia de disputa por indígenas é a situação de Juan de Vallejo Villasanti. Originalmente *alcalde de primer voto* no *cabildo* e depois *teniente* do governador Bernardino de Cárdenas, foi o responsável por executar as ordens do governador, incluindo a ordem de expulsão dos jesuítas da província do Paraguai. Esse *alcalde*, contudo,

⁵ De acordo com J.M. Ots Capedequí, “el derecho de la época admitió la existencia de Cabildos abiertos, a los cuales concurrían todos los vecinos del lugar, y Cabildos cerrados, integrados únicamente por los regidores y demás magistrados municipales, bajo la presidencia de los alcaldes ordinarios o de los alcaldes mayores o corregidores en las ciudades en que existieron estos últimos funcionarios. Los cabildos abiertos sólo tuvieron efectividad considerable en los momentos iniciales de la colonización y en los años precursores de la independencia” (1986, p. 62).

Tabela 4. *Encomenderos* que assinaram Auto de Eleição em 1649.

Table 4. *Encomenderos* that signed Election Auto in 1649.

Pequenos <i>Encomenderos</i> (1 a 9 indígenas)		
Vínculo	Total de assinantes	Porcentagem de assinantes
Sim	12	6,62%
Não	77	39,77%

Fonte: Banco de Dados a partir de Mora Mérida (1973, p. 328-351) e “Auto de Elección de Gobernador” (Archivo Nacional de Asunción, Paraguay, Sección Historia, vol. 20, fl. 9v-14v.).

Tabela 5. *Encomenderos* que assinaram Auto de Eleição em 1649.

Table 5. *Encomenderos* that signed Election Auto in 1649.

Médios <i>Encomenderos</i> (10 a 40 indígenas)		
Vínculo	Total de assinantes	Porcentagem de assinantes
Sim	12	6,62%
Não	62	34,23%

Fonte: Banco de Dados a partir de Mora Mérida (1973, p. 328-351) e “Auto de Elección de Gobernador” (Archivo Nacional de Asunción, Paraguay, Sección Historia, vol. 20, fl. 9v-14v.).

Tabela 6. *Encomenderos* que assinaram Auto de Eleição em 1649.

Table 6. *Encomenderos* that signed Election Auto in 1649.

Grandes <i>Encomenderos</i> (41 a 131 indígenas)		
Vínculo	Total de assinantes	Porcentagem de assinantes
Sim	5	5,5%
Não	13	7,15%

Fonte: Banco de Dados a partir de Mora Mérida (1973, p. 328-351) e “Auto de Elección de Gobernador” (Archivo Nacional de Asunción, Paraguay, Sección Historia, vol. 20, fl. 9v-14v.).

não possuía nenhuma *encomienda*, o que fazia com que não fosse beneficiário da força de trabalho de indígenas.

A partir dessas observações obtidas através da problematização da questão econômica, torna-se fundamental que pensemos a respeito da atuação política do bispo-governador. Em uma carta enviada pelos *vecinos* de Assunção à Audiência de Charcas, em 1649, é atestada a vinculação dos mesmos às ações do bispo Bernardino de Cárdenas. Afirmam também que

hay veintitrés reducciones, y pueblos de indios, donde son curas dichos religiosos sin la forma del real patronazgo, todos extranjeros de las naciones que mueven

guerra a su majestad, que han gozado y gozan de los dichos tesoros y riquezas de las dichas provincias, a restituir a su majestad los dichos tesoros y dichas provincias, y a que la reconozcan y obedezcan por señor, porque en ella no reconocen más rey ni señor que al Papa (Archivo Nacional de Bolivia, 1649b, f. 1).⁶

Continuam relatando que se torna necessário “poner en dichas doctrinas curas clérigos, nietos y descendientes de los nobles conquistadores, como lo manda su majestad en su real patronazgo, como más largamente se contiene en los informes y avisos que remitimos” (Archivo Nacional de Bolivia, 1649b, f. 1).

⁶ “Carta de vecinos del Paraguay contra los religiosos a la Real Audiencia de Charcas, 4 de abril de 1649” (Archivo Nacional de Bolivia, doc. 1597).

Mercedes Avellaneda aborda as implicações políticas das ações de Cárdenas. Afirma que chega a Assunção em 1642, como bispo, a fim de “ejercer la jurisdicción eclesiástica, concentrando en sus manos un doble poder: por un lado, el concedido por el Sumo Pontífice para gobernar sobre todas las personas de sus diócesis; por el otro, el concedido por el rey en virtud del Real Patronato” (Avellaneda, 2014, p. 68).

Juan Villegas, em artigo sobre a situação das missões jesuíticas no início do século XVII no Paraguai, aponta que “la interpretación más divulgada con que pretendía dilucidar estos roces, señalaba que el obispo no poseía jurisdicción sobre la disciplina interna de las órdenes religiosas. Esta les competía a sus superiores” (1975, p. 59). No entanto, tal situação seria alterada por interesse na maior atuação da Coroa nos assuntos religiosos, através da capacidade outorgada ao monarca espanhol de nomear bispos e padres, tanto em paróquias urbanas como de missões religiosas, através da instituição do *Patronato Régio*.

Assim, Avellaneda destaca que “la llegada de Cárdenas a su diócesis coincidió con un momento especial de la política española, porque el duque de Olivares, prominentemente ministro de Felipe IV, se proponía luchar contra la corrupción de los peninsulares en América y hacer cumplir el Real Patronato a las órdenes religiosas” (2014, p. 69).

A ação de Bernardino Cárdenas a partir de 1642 frente ao bispado do Paraguai teve como principal característica conflitos envolvendo os missionários jesuítas. Wolfgang Priewasser, em sua biografia que visa defender Cárdenas frente ao debate com autores jesuítas, ressalta que os primeiros anos de seu bispado foram marcados pelas excelentes relações com a Companhia de Jesus. A situação seria alterada quando, em 1639, o bispo inicia uma série de visitas pastorais às missões do Paraguai, com interesse em conhecê-las e aplicar a nomeação de párocos, delegada a ele por ação do *Patronato Régio* (Priewasser, 2000, p. 146). Como resposta a essa tentativa, os inicianos, com apoio do governador Gregorio Hinestrosa, expulsam o bispo da província do Paraguai em 1644. Descreve Priewasser que “embarcaron el Obispo violentamente, a instancias de los Padres de la Compañía y del pseudo Provisor. Obligaron a la gente de Asunción, apenas embarcando el Obispo, a son de caja a decir a bando, obligando con penas graves, a que la población asistiese sólo a la Iglesia de la Compañía y recibir allá los sacramentos, honras, etc.” (Priewasser, 2000, p. 157).

A partir dessa ação, a oposição entre jesuítas e o bispo Cárdenas torna-se mais explícita, sendo acirrada com a anulação de sua expulsão da província e seu subsequente retorno a Assunção em abril de 1648 (Priewasser, 2000, p. 189). Consagram-se, portanto, através da malsucedida tentativa de secularizar as paróquias das

missões jesuíticas, as hostilidades entre o bispo e a ordem iniciano. Esse seria o cenário para a aliança de interesses entre o bispo Cárdenas e a população de Assunção. De acordo com Avellaneda, “los vecinos y encomenderos comprendieron rápidamente que el obispo criollo era un aliado poderoso para luchar contra la consolidación del sistema de reducciones de la Compañía, pues simpatizaba con sus reclamos y estaba decidido a retomar el control eclesiástico de todos los curatos”. Com isso, Cárdenas “consideraba que el apoyo de los vecinos de Asunción era crucial para emprender las reformas que planeaba. Los jesuitas, por su parte, también contarán con un aliado de envergadura para resguardar sus privilegios: el gobernador Gregorio de Hinestrosa, máxima autoridad de gobierno” (Avellaneda, 2014, p. 70).

Ao contrário da análise de Mercedes Avellaneda, observamos que a tensão entre *asuncenos* e jesuítas não se limitava apenas à questão do acesso à mão de obra indígena. Poucos *encomenderos* atuaram na eleição de Cárdenas ao cargo de governador da província e pouco contribuíram para a sustentação de sua política, com destaque à expulsão dos padres jesuítas em 1649.

Retomando o panorama econômico da província do Paraguai, observamos que, a partir do início do século XVII, as conexões platinas são dinamizadas. Através das rotas fluviais ligando os ervais, Assunção, Córdoba e Buenos Aires e das rotas terrestres, com destaque ao caminho de Tucumán, que ligava Potosí ao porto bonaerense, a região paraguaia estaria integrada a um circuito econômico regional (Garavaglia, 1985, p. 422). Essas conexões, decorrentes da comercialização da erva-mate, não se resumiram apenas às relações econômicas. Pelos caminhos circulavam pessoas e ideias. Assim, os *vecinos* de Assunção tomariam consciência de sua situação de pobreza frente a outras regiões, mormente com relação à vila imperial de Potosí e sua riqueza obtida através da extração de prata de seu Cerro Rico e pelo desenvolvimento do comércio atlântico no porto de Buenos Aires.

A maior conexão com a região platina seria seguida pela percepção de pobreza por parte dos *vecinos* de Assunção. Tal questão difere da interpretação de pobreza e isolamento da província, pois não trata da quantificação da produção econômica, mas sim da percepção da população em comparação a outras regiões. Assim, em perspectiva comparativa com o dinamismo do circuito econômico de Buenos Aires através do comércio tucumano e atlântico e com a vida luxuosa da elite de Potosí, os *vecinos* de Assunção adquirem a percepção de que são pobres em comparação a essas zonas.

A atuação privilegiada dos jesuítas no Paraguai, tanto no controle da mão de obra indígena como pelo destaque no comércio da erva-mate, dava-se principalmente

pela rede que possuíam, tanto no plano econômico como no político. A partir desse cenário podemos compreender melhor as motivações que levaram à adesão dos *vecinos* às ideias do bispo Bernardino de Cárdenas e ao *levantamiento* de 1649. A população de Assunção, composta na maioria por não *encomenderos*, viu os jesuítas como causadores da pobreza e como entrave ao desenvolvimento da província à época. Aliou-se, pois, ao bispo, que tinha como interesse a secularização das paróquias nas missões jesuíticas em cumprimento ao *Patronato Regio*.

Coube ao bispo, como destacado agente no *levantamiento*, congregar os *vecinos* da cidade em torno de um sentimento antijesuítico, que representaria mais do que interesses econômicos imediatos, como aponta a historiografia recente, mas sim uma criação de um sentimento que atribuía à Companhia de Jesus as causas da pobreza do Paraguai. Por outro lado, o *levantamiento* não foi marcado pela mobilização popular, como destacou a historiografia liberal de meados do século XX, mas sim por uma conjugação de interesses. O evento seria marcado pela aliança entre o bispo Cárdenas, que tinha como missão secularizar as paróquias em um processo de centralização política empreendido pelo rei Felipe IV, e os *vecinos* que, conjugados pelo bispo, aderiram ao seu projeto.

Foi, pois, conferida a Cárdenas, seja através de suas homilias seja pelo papel de destaque na sociedade local, a ação de catalisador do sentimento antijesuítico que fora sendo gestado na sociedade de Assunção desde meados de 1600. Com isso, a expulsão dos inicianos em 1649 pode ser compreendida dentro de uma atuação mais prolongada e não a partir de deliberações pessoais de uma única liderança.

Considerações finais

A análise mais pormenorizada a respeito do *levantamiento* nos leva a superar algumas considerações consolidadas na historiografia paraguaia. A primeira questão trata do rompimento com o debate de inícios do século XX, protagonizado por Cecilio Baéz e Juan O’Leary, em torno da tirania no país. Essa contenda, que marcaria profundamente a reflexão sobre a identidade e a construção histórica do Paraguai, levaria a duas posições em torno da revolta liderada pelo bispo Bernardino de Cárdenas em 1649: seu papel como herói e liderança ou o caráter popular do levante.

Quando nos detemos nos aspectos econômicos e políticos do evento, observamos que se tratou de uma revolta conduzida pelo bispo através da mobilização de um sentimento antijesuítico popular que fora gestado décadas antes. O protagonismo do bispo não pode ser descolado, pois, da ação dos *vecinos* de Assunção. Assim, propomos a

necessidade de que reflexões sobre os eventos coloniais na região do Rio da Prata superem essas concepções político-identitárias que atuam como amarras ao desenvolvimento de novas problemáticas de análise.

Tal desenvolvimento permite também que consigamos compreender melhor figuras relevantes na revolta. Hildegard Krüeger, por exemplo, focou sua análise a partir do esforço em compreender a psicologia do bispo Cárdenas para explicar as tensões desse com os jesuítas. O esboço mais detalhado de um contexto econômico e social de Assunção do século XVII nos permitiu, portanto, compreender melhor as motivações dos eventos e romper com a interpretação de que o bispo, como liderança incontestada, tenha agido por emoções, como a vingança, raiva e inveja.

Por fim, ao tratarmos do *levantamiento* de forma mais crítica e contextualizada, procuramos romper com a ideia que trata o evento como *Revolução Comunera* e, portanto, como uma ação precursora dos movimentos emancipatórios do século XIX. Destacamos, como forma de superar essa construção, que a principal missão de Bernardino de Cárdenas frente ao bispado do Paraguai seria o cumprimento da secularização das paróquias, em um processo de confirmação do *Patronato Regio* e em consonância com as medidas de centralização política empreendidas por Felipe IV.

Referências

- AMARAL, R. 2006. *El Novocentismo paraguay: hombres e ideas de una generación fundamental del Paraguay*. Asunción, Servilibro, 564 p.
- AUSTIN, S. 2015. Guaraní kinship and the encomienda community in colonial Paraguay, Sixteenth and early Seventeenth centuries. *Colonial Latin American Review*, 24:545-571. <https://doi.org/10.1080/10609164.2016.1150039>
- AVELLANEDA, M. 2014. *Guaraníes, criollos y jesuitas: Luchas de poder en las Revoluciones Comuneras del Paraguay, siglos XVII y XVIII*. Asunción, Academia Paraguaya de la Historia; Tiempo de Historia, 297 p.
- BAÉZ, C. 1896. Editorial. *Revista del Instituto Paraguayo*, 1:1-9.
- BAÉZ, C.; O’LEARY, J.E. 2011. *Polémica sobre la Historia del Paraguay*, Asunción, Tiempo de Historia, 503 p.
- BENÍTEZ, J. P. 1937. *Los comuneros del Paraguay, 1640-1735*. Asunción, Talleres Gráficos EMASA, 48 p.
- BREZZO, L. 2011. Estudio Preliminar. In: C. BAÉZ; J.E. O’LEARY, *Polémica sobre la Historia del Paraguay*, Asunción, Tiempo de Historia, p. 13-68.
- CAPEDEQUÍ, J.M. O. 1986. *El Estado español en las Indias*. México, Fondo de Cultura Económica, 200 p.
- CARDOZO, E. 1959. *El Paraguay colonial. Las raíces de la nacionalidad*. Buenos Aires, Ediciones Nizza, 231 p.
- CHARLEVOIX, P.F.X. 1913. *Historia del Paraguay*. Madrid, Victoriano Suárez, tomo III, 494 p.
- CORTESÃO, J. 1951. *Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, vol. I, 506 p.
- GARAVAGLIA, J.C. 1985. *Economía colonial y comercio interno*. México,

- Giralbo, 507 p.
- KRÜEGER, H.T. 1996. *El cabildo de Asunción, estructura y función del Cabildo colonial*. Asunción, Instituto Cultural Paraguayo-Alemán, 222 p.
- MORA MÉRIDA, J.L. 1973. *Historia social de Paraguay (1600-1650)*. Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 366 p.
- PRIEWASSER, W. 2000. *El Ilmo D. Fr. Bernardino de Cárdenas*. Asunción, FONDEC, Academia Paraguaya de la Historia, 715 p.
- RIVAROLA, J.B. 1952. *La ciudad de la Asunción y la Cédula Real del 12 de setiembre de 1537*. Asunción, Prensa Militar, 110 p.
- RIVAROLA PAOLI, J.B. 2012. *La Primera Revolución Comunera, 1649*. Asunción, El Lector, ABC Color, 92 p.
- ROMERO JENSEN, C.E. 2009. *El Guairá: caída y éxodo*. Asunción, Academia Paraguaya de la Historia, FONDEC, 431 p.
- VELÁZQUEZ, R.E. 1982. Caracteres de la encomienda paraguaya en los siglos XVII y XVIII. *Historia Paraguaya*, **19**:115-163.
- VELÁZQUEZ, R.E. 1973a. *Elección del fray Bernardino de Cárdenas, en 1649. Separata de Historia Paraguaya*. Asunción, Anuario de la Academia Paraguaya de la Historia, 41 p.
- VELÁZQUEZ, R.E. 1973b. Formas especiales de sustitución de gobernador en el Paraguay. *Historia Paraguaya: Anuario de la Academia Paraguaya de la Historia*, **14**:41-76.
- VILLEGAS, J.V. 1975. El momento jesuítico en que aparece Roque Santa Cruz. In: B. MELIÁ (org.), *Roque González de Santa Cruz: Colonia y reducciones en el Paraguay de 1600*. Asunción, El Gráfico, p. 55-79.
- WEBER, M. 1992. *Economía y sociedad*. México, FCE, 1245 p.

Fontes primárias

- ARCHIVO NACIONAL DE ASUNCIÓN. 1649a. Auto de Elección de Gobernador. Paraguay. Sección Historia, vol. 20, fls. 9v – 14v.
- ARCHIVO NACIONAL DE BOLIVIA. 1649b. Carta de vecinos del Paraguay contra los religiosos a la Real Audiencia de Charcas. Asunción, 4 de abril de 1649. Bolivia, doc. N. 1597.

Submetido: 16/05/2017
Aceito: 26/09/2017